



▶ Questionário Padrão
Due Diligence para Fundos de
Investimento – Seção 1:

Informações Sobre a Empresa

Gestor de recursos de terceiros (Pessoa Jurídica):

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Questionário preenchido por:

GLAYSTON DE SOUSA BEZERRA

Data:

08/03/2017

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com “N/A”)

Sumário

Apresentação	3
1) Informações sobre a Empresa	4
1 - Informações Cadastrais	4
2 - Informações Institucionais	4
3 - Números da Empresa.....	10
4 - Receitas da Empresa	11
5 - Recursos Humanos	12
6 - Informações Gerais	13
7 - Informações Operacionais.....	14
8 - Compliance e Auditoria Interna.....	28
9 - Questões Jurídicas e Legais	33
10 - Anexos	34
2) Declaração	35
3) Eventos Importantes	36
Atualizar Sumário	

(Para atualizar o sumário, clique no texto acima com o botão direito,
atualizar campo, atualizar apenas os números de página)

Apresentação

O objetivo deste Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence para Fundos de Investimento (“Questionário Due Diligence”) é o de conferir maior racionalidade aos processos de diligência voltados para a seleção e a alocação de recursos em fundos de investimento, com o estabelecimento de um padrão único para o questionário a ser utilizado nesses processos. Geralmente aplicado por investidores institucionais ou alocadores de recursos ao gestor do fundo de investimento no qual se pretende investir, o Questionário Due Diligence foi elaborado e será periodicamente revisado por um Grupo de Trabalho formado por associados à ANBIMA. Sua utilização, contudo, não inibe a troca de informações adicionais acerca de questões eventualmente não contempladas no documento entre as partes envolvidas.

O Documento contém 3 Seções:

Seção 1 – Informações sobre a Empresa

Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento

Seção 3 – Resumos Profissionais

A adoção do documento é recomendada pelo Código de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimentos.

1) Informações sobre a Empresa

1 - Informações Cadastrais		
1.1	Razão Social BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	
1.2	Nome de fantasia BANCO DO NORDESTE	
1.3	Endereço AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700, BLOCO E2 SUBSOLO, CEP 60.743-902, PASSARÉ, FORTALEZA (CE)	
1.4	CNPJ 07.237.373/0001-20	
1.5	Data de constituição 19/07/1952, Lei Federal nº 1.649	
1.6	Telefone (85) 3299-3544	
1.7	Fax (85) 3299-3849	
1.8	Website www.bnb.gov.br	
1.9	Quais são as autoridades regulatórias em que a empresa possui registro? Fornecer detalhes sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade. BACEN - Certidão 02242/2012-BCB/DEORF, de 03/04/2012; CVM - Ato Declaratório/CVM/SIN/nº 1539, de 29/11/1990, autoriza o Banco do Nordeste a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, e Ato Declaratório CVM Nº 8141, de 25/01/2005, autoriza o Banco do Nordeste a prestar serviços de Custódia de Valores Mobiliários de Renda Fixa	
1.10	Membro de associações de classe? Quais? ANBIMA, FEBRABAN	
1.11	Nome de quem responde o questionário Glayston de Sousa Bezerra	
1.12	Cargo Gerente de Operações Financeiras	
1.13	Telefone para contato (85) 3251-7456	
1.14	Fax (85) 3299-3849	
1.15	E-mail para contato fundos@bnb.gov.br	
2 - Informações Institucionais		
2.1	Quadro societário: nomes dos principais sócios e respectivas participações (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)	
Composição em 31.12.2016		
Acionista	Total das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00%
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.212.568	34,98%
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.225.700	7,21%
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45%

2.3	Qual a estrutura empresarial do grupo?
<p>O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, é organizado sob a forma de sociedade anônima aberta, de economia mista e autorizado pelo Banco Central a operar como Instituição Financeira Múltipla.</p> <p>A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na forma prevista no parágrafo 2º, do art.34, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e conforme Ato Declaratório Nº 823, de 02 de dezembro de 1988 autorizou o Banco do Nordeste do Brasil S.A., a atuar com Instituição Financeira Depositária de Ações Escriturais.</p> <p>O Banco do Nordeste do Brasil S.A., não possui participações societárias como controlador, bem como em empresas coligadas.</p>	
2.4	Forneça o Organograma da Empresa (anexar Resumo Profissional dos principais executivos conforme modelo constante na Seção 3)
Anexo	
2.5	Responsável perante a CVM (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
José Max Araújo Bezerra e Romildo Carneiro Rolim	
2.6	A empresa é signatária do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).
<p>Sim.</p> <p>Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais;</p> <p>Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento;</p> <p>Código ABVCAP ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE;</p> <p>Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas – Distribuição de Produtos de Investimento no Varejo;</p> <p>Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas – Negociação de Instrumentos Financeiros.</p>	
2.7	A empresa é signatária do Código de Ética da ANBIMA?
Sim.	
2.8	A empresa é signatária de outros Códigos ou semelhantes? Caso seja, citar as instituições.
Não.	
2.9	Os principais sócios ou os principais executivos detêm participação em outros negócios? Quais?
Não de aplica.	
2.10	Os principais executivos exercem alguma atividade de representação ou governança (cargos em Conselhos, Diretorias, Comissões, Associações, Bolsas, etc.) em outras empresas ou entidades? Quais?
Não.	
2.11	Descreva breve histórico da empresa.
<p>O Banco do Nordeste do Brasil S/A é um banco de desenvolvimento com operações focadas principalmente na região Nordeste do Brasil. Oferece um portfólio abrangente de produtos e serviços a pessoas físicas e jurídicas, assim como ao governo nos níveis federal, estadual e municipal. É controlado pelo governo brasileiro e age como um agente para implementação de políticas públicas e programas de desenvolvimento para a região Nordeste.</p> <p>Como parte da estratégia do governo para facilitar o desenvolvimento da região, oferece</p>	

financiamento competitivo para empreendedores de pequeno, médio e grande porte. Suas operações estão centradas sobre o financiamento dos setores produtivos da região Nordeste (incluindo os setores rural, industrial e comercial), principalmente através de empréstimos de longo e curto prazo e operações de mercados de capitais.

Além disso, o Banco do Nordeste do Brasil S/A, credenciado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Administrador de Carteiras desde 29/11/1990, através do Ato Declaratório/CVM/SIN/Nº 1539, está presente na administração e gestão de fundos de renda fixa desde o ano de 1990, e de renda variável desde o ano de 1991, possuindo uma equipe composta por profissionais com sólida base de conhecimento em finanças e análise de investimentos, com grande experiência em administração de recursos de terceiros e elevada capacitação técnica, comprovada pela Certificação Profissional conferida pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

2.12	A Empresa possui Código de Ética e Conduta, Manual de Compliance, Manual de Risco, Manual de marcação a mercado, Manual de Gestão de Liquidez, Política de <i>Suitability</i> . Em caso afirmativo, favor anexar.
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sim.

2.13	Cite os Comitês formais, a sua composição em termos de cargos, a frequência com que são realizadas as suas reuniões e a forma como são registradas suas decisões.
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Comitê de Investimentos de Recursos de Terceiros, que tem como atribuições:

- a) políticas e diretrizes de investimento para as carteiras dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco do Nordeste;
- b) ações e parâmetros com vistas a maximizar os resultados das carteiras dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco do Nordeste, levando em consideração os limites de enquadramentos legais e regulamentares, e os riscos inerentes aos ativos dessas carteiras;
- c) proposta de criação, alteração e extinção de produtos da Superintendência de Ativos de Terceiros;
- d) definição de critérios para gerenciamento de liquidez das carteiras dos Fundos de Investimento administrados;
- e) matéria sujeita ao exercício do direito de voto, conforme Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias, aplicada aos Fundos de Investimento cuja política de investimento autorize a alocação em ativos financeiros que contemplem o direito de voto em assembleias.

Composição:

- a) Diretoria de Ativos de Terceiros (coordenação)
- b) Superintendência de Ativos de Terceiros

- c) Ambiente de Gestão de Fundos de Investimento
- d) Ambiente de Distribuição e Suporte de Fundos de Investimento

Regras de Funcionamento: a periodicidade das reuniões é semanal, em caráter ordinário e, extraordinariamente por convocação de seu coordenador.

Subcomitê Tático Operacional de Investimentos, cujas atribuições são :

- a) analisar impactos de informações e perspectivas de mercado nas carteiras dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco do Nordeste;
- b) avaliar potenciais riscos inerentes aos ativos das carteiras dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco do Nordeste;
- c) definir compras e vendas de ativos para as carteiras dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco do Nordeste, em consonância com as deliberações emanadas pelo Comitê de Investimentos de Recursos de Terceiros;

O Subcomitê Tático Operacional de Investimentos é composto três membros, gestores principais das seguintes unidades:

- a) Ambiente de Gestão de Fundos de Investimento (coordenação)
- b) Célula de Operações de Mercado (Ambiente de Gestão de Fundos de Investimento)
- c) Célula de Análise e Estratégia (Ambiente de Gestão de Fundos de Investimento)

Regras de Funcionamento: a periodicidade das reuniões é diária. Responsável pela secretaria: Gerente Executivo da Célula de Operações de Mercado (Ambiente de Fundos de Investimento). Na ausência do Gerente do Ambiente de Fundos de Investimento, o Gerente Executivo da Célula de Análise e Estratégia será o coordenador do Subcomitê Tático-operacional de Investimentos. Na ausência de um participante, o coordenador convocará o Gerente Executivo da Célula de Atendimento e Gestão de Produtos, do Ambiente de Fundos de Investimento, para completar o quorum para deliberação.

Todas as decisões do Comitê de Investimentos de Recursos de Terceiros e do Subcomitê Tático Operacional de Investimentos são registradas em Ata.

2.14	Se o grupo econômico da empresa presta serviços de administração, controladoria e custódia descreva a estrutura e o relacionamento com a empresa de gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A empresa não presta os serviços de Administração, Controladoria e Custódia a terceiros.

2.15	A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.
------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sim. A Superintendência de Tecnologia da Informação, cuja função básica é prover o Banco de excelência em soluções de Tecnologia da Informação (TI), contribuindo para garantir elevados

níveis de competitividade, produtividade e qualidade em seus produtos e serviços, conta com 03 Ambientes e 01 Comitê. Abaixo estão descritas as atribuições de cada Ambiente:

A) Ambiente de Sistemas de Informações:

1. Definição de estratégias de desenvolvimento de TI.
2. Definição do plano estratégico da TI.
3. Desenvolvimento e gerenciamento dos níveis de serviço de TI.
4. Desenvolvimento e manutenção de soluções de TI.
5. Executar as atividades relacionadas a recursos humanos e recursos logísticos.
6. Gerenciar o Programa de ação da unidade.
7. Gerenciar os sistemas inerentes ao negócio da unidade.
8. Gestão de demandas de sistemas de informação.
9. Gestão de projetos de TI.
10. Implementar as recomendações da Auditoria Interna e de Controles Internos.
11. Monitoração e avaliação de desempenho de TI.
12. Realização de pesquisa e inovação de TI.

B) Ambiente de Infraestrutura de TI:

1. Definição da estratégia de suporte a TI.
2. Executar as atividades relacionadas a recursos humanos e recursos logísticos.
3. Gerenciamento das operações de infraestrutura de TI.
4. Gerenciamento de incidentes.
5. Gerenciamento de problemas.
6. Gerenciamento de recursos de infraestrutura de TI (capacidade e disponibilidade).
7. Gerenciar o Programa de ação da unidade.
8. Gerenciar os sistemas inerentes ao negócio da unidade.
9. Gestão de mudanças de TI.
10. Implementar as recomendações da Auditoria Interna e de Controles Internos.
11. Planejamento e gerenciamento de liberações.

C) Ambiente de Governança de TI:

1. Definição da arquitetura tecnológica empresarial.
2. Desenvolvimento e manutenção da arquitetura de serviços e soluções de TI.
3. Desenvolvimento e manutenção de soluções de TI.
4. Executar as atividades relacionadas a recursos humanos e recursos logísticos.
5. Gerenciar o programa de ação da unidade;
6. Gerenciar os sistemas inerentes ao negócio do Ambiente.

7. Implementar as recomendações da Auditoria Interna e de Controles Internos.

D) COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

3 - Números da Empresa

3.1 – Preencha a Tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da Empresa.

Ano	Patrimônio sob gestão (posição de final de período)	Número de pessoas que trabalham na empresa	Número de portfólios sob gestão
2012	3.846.076.641,34	6.169	19
2013	4.421.845.573,29	6.479	21
2014	4.897.800.169,41	6.972	23
2015	5.182.666.987,34	7.231	24
2016	5.421.822.881,65	7.214	17

3.2 | Tipologia dos portfólios sob gestão (* sem dupla contagem)

	Nº	% Carteira
• Fundos: Domicílio local	23	
Domicílio em outro país	0	
• Clubes	0	
• Carteiras Domicílio local	0	
• Res. Nº 2.689	0	

3.3 | Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento?

Tipo	Nº	Exclusivos	% total
• Curto Prazo	3	0	13,0
• Referenciado	8	1	35,0
• Cambial	0	0	0
• Renda Fixa	7	2	30,0
• Multimercado	1	0	4,0
• Dívida Externa	0	0	0
• Ações	2	0	9,0
• FIDC			
• FIP	0	0	0

	• FIEE			
	• FII			
	• Fundo de Índice (ETF)			
	• Outras categorias	2	0	9,0
3.4	Com quantos distribuidores e/ou alocadores a Empresa tem acordos ou contratos de distribuição?			
	nº Não se aplica. O próprio BNB distribui as cotas de fundos por ele geridos.			
3.5	Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores?			
	Não se aplica.			
3.6	Atualmente, qual é o percentual do volume sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria Empresa (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?			
	Não existem aplicações da própria empresa, incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos, sob gestão			
3.7	Qual a distribuição do passivo segundo tipologia de investidor?			
	Tipo	nº	% passivo	
	• Pessoas Físicas	15.194		
	• Empresas	44.406		
	• Instituições Financeiras/ Seguradoras/ Soc. de Capitalização	1		
	• Investidores Institucionais Previdenciários	67		
	• Distribuidores, Alocadores (inclui fundos de fundos de terceiros e <i>family offices</i>)			
	• Investidor Estrangeiro		C	
	• Governo	451		
3.8	Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos 10 maiores clientes? Fornecer o percentual detido por cada um deles.			
	Cotista 1 - 48,23%			
	Cotista 2 - 1,57%			
	Cotista 3 - 1,39%			
	Cotista 4 - 1,10%			
	Cotista 5 - 0,99%			
	Cotista 6 - 0,49%			
	Cotista 7 - 0,48%			
	Cotista 8 - 0,40%			
	Cotista 9 - 0,37%			
	Cotista 10 - 0,35%			
4 - Receitas da Empresa				
4.1	Qual a estrutura de receitas da Empresa? (gestão, performance, comissões, rebates etc.)			
		01.01 a 31.12.2016 (R\$ mil)		
	Especificação	Carteira Própria	FNE	Total
	Receitas	5.264,818	2.334.339	7.599.157
	Receitas de Operações de Crédito	2.055.623	-	2.055.623
	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.430.958	1.079.630	3.510.588

Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(249.874)	-	(249.874)
Resultado de Operações de Câmbio	86.983	-	86.983
Resultado de Aplicações Compulsórias	35.502	-	35.502
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-
Outras Receitas	905.626	1.254.709	2.160.335

Outras Receitas

Especificação	01.01. a 31.12.2016 (R\$ mil)
a) Receitas de Prestação de Serviços	2.248.374
Administração de Fundos de Investimentos	30.327
Administração de Fundos e Programas	1.835.429
Prestação de Serviços	382.618
b) Rendas de Tarifas Bancárias	60.984
f) Outras Receitas Operacionais	2.160.492
<i>Del credere</i> de Fundos Administrados	1.262.176
Variação Cambial de Empréstimos Obtidos	356.575
Reversão de Provisões Operacionais sobre riscos com operações do FNE	1
Reversão de Provisões Operacionais sobre riscos com operações do FDNE	67
Recuperação de Encargos e Despesas	8.329
Reversão de Provisões Operacionais	112.271
Juros e Comissões	10.061
Correção Monetária	2.781
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	48.430
Outros Valores	85.377

4.2 Qual parcela do resultado da Empresa vem da atividade de gestão de carteiras?

A Taxa de Administração percebida remunera os serviços de Administração, Gestão, Distribuição e Controladoria. A participação da atividade de gestão no resultado da empresa foi de 4,14% no exercício de 2016.

4.3 A receita de Taxa de Administração é suficiente para cobrir os custos da Empresa?

Sim.

5 - Recursos Humanos

5.1 Quais as regras de remuneração ou comissionamento dos funcionários e associados?

Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	30.12.2016
Máxima	39.548,87
Mínima	1.487,83
Média	10.236,57

⁽¹⁾ Em R\$ 1,00. Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Especificação	30.12.2016	31.12.2015	30.12.2016	30.12.2015	30.12.2016	30.12.2015
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	964.628,09	919.814,85	69.911,90	66.419,46	65.626,12	62.347,80
Menor remuneração individual ⁽³⁾	761.833,48	799.389,54	53.572,44	66.419,46	53.572,44	50.896,23
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	913.957,21	970.097,67	51.351,17	54.141,05	57.291,50	55.454,12
Número de membros ⁽⁵⁾	7,75	6,83	6,33	5,42	5,25	5,17

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 99ª reunião da Assembleia Geral Ordinária realizada em 14.12.2016.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

5.2 Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela Empresa?

Promoção por tempo e por mérito, concorrência interna, plano de previdência complementar.

5.3 Existe uma política para treinamento e desenvolvimento profissional dos funcionários/associados? Qual?

O Processo de Educação Corporativa do Banco do Nordeste representa a concepção e a implementação de estratégias de educação destinadas ao desenvolvimento do corpo funcional, com vistas a fortalecer a missão institucional, facilitar a consecução dos objetivos estratégicos e garantir o desenvolvimento das competências que integram o Modelo de Gestão por Competências.

As ações e decisões de Educação Corporativa são pautadas pelas políticas gerais da Área de Desenvolvimento Humano e, como tal, guardam estreita sintonia com as orientações empresariais oriundas do planejamento estratégico.

Educação Formal - Ensinos fundamental e médio, superior e pós-graduação e **Educação Profissional** - composta por programas de capacitação externa, promovidos por outras Instituições, e capacitação interna que podem ser desenvolvidos, entre outras, nas modalidades aprendizagem presencial, ensino a distância, célula de conhecimento, treinamento em serviço, programas de certificação e programas de intercâmbio.

6 - Informações Gerais

6.1 Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da Empresa (instalações, equipe, *hardware* e *software*)? Existem planos de expansão?

Considerando a atual estrutura da Superintendência de Gestão de Ativos de Terceiros, existe capacidade de ampliação dos ativos sob gestão. O portfólio é reavaliado periodicamente.

6.2 A empresa já foi objeto de avaliação por agência de *rating*? Qual a nota atribuída à gestão? (anexar relatório mais recente)

Sim. Não é atribuída nota à gestão. Seguem as notas abaixo:

Fitch

IDR DE LONGO PRAZO EM MOEDA ESTRANGEIRA: BBB, perspectiva Estável

IDR DE CURTO PRAZO EM MOEDA ESTRANGEIRA: F2

IDR DE LONGO PRAZO EM MOEDA LOCAL: BBB, perspectiva Estável

S&P	
ESCALA GLOBAL MOEDA LOCAL: BBB-/Estável/A-3	
ESCALA GLOBAL MOEDA ESTRANGEIRA: BBB- /Estável /A-3	
SACP (Perfil de crédito individual): bbb	
Moody's	
RATING DE DEPÓSITO DE LONGO PRAZO EM ESCALA GLOBAL E MOEDA LOCAL: Baa3	
RATING DE DEPÓSITO DE CURTO PRAZO EM MOEDA ESTRANGEIRA: Prime-3	
RATING DE DÍVIDA SENIOR DE LONGO PRAZO EM MOEDA ESTRANGEIRA: Baa3	
6.3	A empresa já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?
Não.	
7 - Informações Operacionais	
7.1 - Análise Econômica e Pesquisa	
7.1.1	Descreva a estrutura de análise econômica e de pesquisa da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
<p>A estrutura de análise econômica e de pesquisa concentra-se nas atividades desenvolvidas pela Célula de Análise e Estratégia, que é subordinada ao Ambiente de Gestão de Fundos de Investimento e que, por sua vez, é parte integrante da Superintendência de Gestão de Ativos de Terceiros.</p> <p>A equipe de Análise e Estratégia realiza análises com vistas a subsidiar a elaboração de estratégias a serem apreciadas pelo Comitê de Investimentos de Recursos de Terceiros, obedecendo aos limites impostos pelos órgãos reguladores e pelos regulamentos dos fundos de investimento.</p>	
7.1.2	Principais mudanças na equipe de pesquisa nos últimos cinco anos
<p>Em 2014, a estrutura organizacional, o dimensionamento de pessoal e as atribuições da Superintendência de Ativos de Terceiros passaram por alterações com o objetivo otimizar o fluxo dos processos e sinergia entre as equipes.</p> <p>Na estrutura organizacional foi criada a Célula de Análise e Estratégia subordinada ao Ambiente de Fundos de Investimento para dar suporte às decisões da Célula de Operações de Mercado que dentre suas principais funções executa a compra e a venda de títulos e valores mobiliários para os Fundos de Investimento.</p> <p>Visando atingir uma maior eficiência nas atividades de análise econômica e gestão foi criado no ano de 2016 o Ambiente de Gestão de Fundos de Investimento ao qual ficaram subordinadas as Célula de Análise e Estratégia e de Operações de Mercado.</p> <p>A Célula de Análise e Estratégia realiza análise com vistas a subsidiar a elaboração de estratégias de investimentos a serem apreciadas pelo Comitê de Investimentos de Recursos de Terceiros, além de outras atividades como a disponibilização de boletins de acompanhamento dos mercados, acompanhamento do desempenho dos fundos e pesquisas sobre o mercado de títulos públicos e privados.</p>	
7.1.3	Utiliza <i>research</i> próprio ou de terceiros? Em que proporções?
É utilizado <i>research</i> próprio e informações públicas disponíveis no mercado e recebidas de parceiros.	
7.1.4	Caso utilize <i>research</i> próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o <i>buy side</i> ou também produz relatórios e informações para outros (<i>sell side</i>)?

<p>A equipe de gestão utiliza ferramentas próprias de análise para o processo decisório, que abordam aspectos como:</p> <p>a) realização de análise fundamentalista de empresas; b) estudo e acompanhamento do mercado de títulos públicos e privados de renda fixa; c) acompanhamento dos mercados nacional e internacional em parceria com instituições financeiras e entidades do mercado financeiro e de capitais; d) identificação de tendências nos mercados financeiro e de capitais; e) monitoramento do desempenho dos fundos de investimento e de sua carteira de ativos; e f) disponibilização de boletins de acompanhamento de mercados.</p> <p>São utilizadas as seguintes ferramentas e fontes de informações:</p> <p>a) Bloomberg b) CMA c) Broadcast d) Quantum</p>	
7.1.5	<p>Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?</p> <p>Bloomberg, CMA, Quantum e Broadcast.</p>
<p>7.2 – Gestão de Recursos</p>	
7.2.1	<p>Descreva a estrutura de gestão de recursos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)</p> <p>Anexo.</p>
7.2.2	<p>Principais mudanças na equipe de gestão nos últimos cinco anos.</p> <p>Segue abaixo as principais mudanças nos últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Saída do Gerente Executivo FÁBIO Andrade Savino de Oliveira em setembro/2013; - Entrada do Gerente Executivo Claudio MARCELO Macedo Martins Filho em fevereiro/2015; - Saída do Gerente de Operações Financeiras Francisco Raimundo Coelho CAVALCANTE em fevereiro/2015; - Saída da Gerente de Operações Financeiras SANDRA Elaine Andrade Maia em outubro/2015; - Entrada do Gerente de Operações Financeiras Antonio GLENIO Moura Ferreira em junho/2013; - Entrada da Gerente de Operações Financeiras ÁDILA Maria Barbosa Pinto em fevereiro/2013; - Entrada do Gerente de Operações Financeiras CARLOS Alberto Gomes de Souza em julho/2015.
7.2.3	<p>Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na gestão?</p> <p>Bloomberg, Quantum, Broadcast.</p>
7.2.4	<p>Qual o processo de seleção e acompanhamento das corretoras?</p> <p>O processo consiste em coletar informações quantitativas e qualitativas, obtidas por meio de questionário enviado às corretoras convidadas a participar do processo de seleção. Após o recebimento das respostas aos questionários, é elaborado um ranking baseado nas seguintes premissas de pontuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Patrimônio líquido; • Volume financeiro médio de operações; • Tempo de constituição; • Mercados de atuação; • Percentual de devolução de corretagem nos mercados de Ações, Câmbio, Derivativos, empréstimos de Ações e Renda Fixa para Títulos Públicos e Privados;

	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento técnico e sua equipe de Research; • Oferta de treinamentos; • Disponibilização de relatórios e materiais de apoio; • Localização da sede e custos de telefonia. <p>O conjunto de corretoras participantes do processo é bem mais amplo que o conjunto das corretoras selecionadas. Assim, a cada período de 2 anos, o Comitê de Investimentos de Recursos de Terceiros se reúne e delibera sobre a admissão ou retirada de corretoras do grupo selecionado.</p>
7.2.5	Liste as corretoras aprovadas.
	Renda variável: Concórdia e Ativa. Renda Fixa: Fator, Futura, Planner, Concórdia, Renascença, Ativa, dentre outras.
7.2.6	Que critérios orientam a divisão de ordens entre as corretoras selecionadas? Comente concentração, rodízio e o uso de <i>discount brokers</i> e <i>research brokers</i> .
	Renda variável: Um dia para cada corretora Renda Fixa: serão realizadas cotações com corretoras, sendo realizado o negócio com a que oferecer o melhor preço para o ativo procurado no dia na data de liquidação especificada.
7.2.7	Qual é a política de gestão de caixa da empresa? Há uso de operações compromissadas com títulos públicos, outros fundos de investimento, CDBs de um dia? Descreva-a.
	No caso do caixa de fundos de investimentos, são utilizadas operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais ou LFT no caso de fundos cujos regulamentos não permitem aplicação em operações compromissadas.
7.2.8	Como a gestão controla o prazo médio dos títulos para fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?
	Diariamente os prazos médios são acompanhados e são realizadas operações, quando necessário, para evitar desenquadramento, de acordo com o regulamento e sua classificação tributária.
7.2.9	De que forma o desempenho dos gestores e dos fundos é avaliado?
	A performance dos Fundos de Investimento é avaliada semanalmente pelo Comitê de Investimentos de Recursos de Terceiros (ver sua composição no item 7.3.4.4 deste Questionário)..
7.2.10	A quem os gestores prestam conta da performance dos fundos?
	Comitê de Investimentos de Recursos de Terceiros (ver sua composição no item 7.3.4.4 deste Questionário).
	7.3 – Risco
	7.3.1 – Estrutura
7.3.1.1	Descreva a estrutura de gerenciamento de riscos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
	Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de gestão de risco e controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.
	Estrutura de Gerenciamento de Riscos
	A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

7.3.1.2 | Quem é o responsável pela área e a quem se reporta?

O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação dessas políticas e a consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. O Ambiente de Gestão de Riscos define metodologias e modelos de gestão e promove a disseminação da cultura de gestão de riscos.

7.3.1.3 | Principais mudanças na equipe de risco nos últimos cinco anos.

GERÊNCIA DO AMBIENTE

FERNANDO Barros de Lima F102636 - ENTRADA: 28/05/2014 até a presente data.

FLÁVIO Sérgio Lima Pinto F112771 - ENTRADA: 25/10/2013 - SAÍDA: 30/11/2014.

ANTONIO JORGE Pontes Guimarães Júnior F112879 – ENTRADA: 17/05/2012 - SAÍDA: 30/09/2013 – saiu para assumir a Superintendência de Operações Financeiras e de Mercado Capitais.

Antonio NILDER Duarte Furtado F062871 – ENTRADA: 09/01/2012 - SAÍDA: 18/05/2012 – Saiu para o Projeto Estruturado de Modelos de Alocação de Capital.

LINA Ângela Oliveira Salles Moreira F099325 – ENTRADA: 19/11/2007 - SAÍDA: 09/01/2012 – Saiu para Gerência do Ambiente de Auditoria Interna

CÉLULA DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL

VERA Lucia Cavalcante de Sousa F099783 – ENTRADA: 21/12/2009 até a presente data

JORGE LUIZ Fonseca de Sant'Anna F096393 – ENTRADA: 13.05.2008 até a presente data

OZITHA Vaz Marques Arciniegas Cuellar F047937 – ENTRADA: 03/08/2010 até a presente data

MARIA JOSÉ Oliveira Pinho F060526 – ENTRADA: 01/06/2012 até a presente data

ROBERTO Ponte Moreira F086134 – ENTRADA: 01/07/2010 até a presente data

FABIOLA de Souza Pinto Melo F167541 – ENTRADA: 10/11/2014 até a presente data

ROSANGELA Maria Oliveira N. Pinheiro F085677 – ENTRADA: 01/03/2010 - SAÍDA: 02/09/2013 – Saiu para Secretária Executiva - GAPRE

LUCIANO GUERRA de Almeida Teixeira F061697 – ENTRADA: 13/12/2010 - SAÍDA: 03/06/2013 – Saiu para Ambiente de Produtos de Crédito

Maria do SOCORRO Pereira F099961 - ENTRADA: 04/01/2010 - SAÍDA: 30/05/2011 – Saiu para Ambiente de Coordenação Institucional - GAPRE

RISELHA Marques de Moura F148148 – ENTRADA: 12/11/2009 - SAÍDA: 20/08/2012 – Saiu para o Ambiente de Segurança Corporativa

ZAÍRA Laura Moura Brasil Gomes F102709 – ENTRADA: 09/02/2009 - SAÍDA: 25/04/2011 – Saiu para o Ambiente de Mercado de Capitais

CÉLULA DE GESTÃO DO RISCO DE MERCADO E LIQUIDEZ

PEDRO Manoel Vieira Rosa F111198 – ENTRADA: 08/08/2014 até a presente data

CARLOS Alberto Gomes de Souza F149977 – ENTRADA: 19/08/2013 até a presente data

MAURICIO Teixeira Rodrigues F040363 – ENTRADA: 12/08/2010 até a presente data

RONALD Bernardes Fonseca F149802 – ENTRADA: 04/07/2011 até a presente data

Francisco José RABELO do Amaral F041246 – ENTRADA: 08/08/2011 até a presente data

SÁVIO MÁRIO Cavalcante Gomes F114170 – ENTRADA: 02/09/2008 até a presente data

EVERTON Chaves Correia F066486 – ENTRADA: 01/07/2010 - SAÍDA: 09/02/2011 – Cessão sem ônus BRB
ANTONIO ROBERTO Albuquerque Silva F037168 – ENTRADA: 11/02/2011 - SAÍDA: 19/09/2013 – Saiu para o Ambiente de Programas Especiais e Fundos de Pesquisas
ELTON Eli da Silva Lopes F119067 – ENTRADA: 01/10/2009 - SAÍDA: 27/05/2013 – Saiu para Ambiente de Fundos de Investimentos
JOÃO PAULO Sobreira Nunes F129127 – ENTRADA: 07/07/2014 - SAÍDA: 09/10/2014 – Saiu para Ambiente de Auditoria Interna
SANDRA Elaine Andrade Maia F111104 – ENTRADA: 27/12/2010 - SAÍDA: 27/05/2013 - Saiu para Ambiente de Fundos de Investimentos
Jose MAX Araujo BEZERRA F105384 – ENTRADA: 03.08.2010 – SAIDA: 03.09.2013 - Saiu para Superintendência de Ativos de Terceiros.
VICENTE Aderson Paz Sales F035645 – ENTRADA: 19.11.2007 - SAIDA em 01.08.2010 - Saiu para o Projeto Estruturado de Modelos de Alocação de Capital.
RENATO de Almeida FERNANDES F137278 – ENTRADA: 10.06.2008 – SAIDA em 02.10.2009 – Saiu para o Ambiente de Operações Financeiras

CÉLULA DE GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

CLAUDIA Leite de Araujo F098922 – ENTRADA: 03/05/2010 até a presente data
WAGNER Morel Vidal Nobre F046779 – ENTRADA: 06/01/2009 até a presente data
Antônia GRACE Melo Bezerra F098914 – ENTRADA: 01/07/2008 até a presente data
Carlos ROBERTO Lopes CAMPOS F080837 – ENTRADA: 10/08/2010 SAÍDA: 19/02/2013 – Saiu para Assessorar a Diretoria Financeira e de Mercados de Capitais

CÉLULA DE MODELAGEM DE RISCOS

BRUNO Silva Leitão F152013 – ENTRADA: 29/04/2013 até a presente data
VALÉRIO Francisco da Silva Lima F145157 – ENTRADA: 17/05/2011 até a presente data
TIAGO CORDEIRO Marques F134929 – ENTRADA: 05/02/2010 até a presente data
Francisco JACKSON dos Santos F131873 – ENTRADA: 27/04/2011 até a presente data
Antonio NILDER Duarte Furtado F062871 – ENTRADA: 01/07/2008 - SAÍDA: 08/01/2012 – Saiu para assumir a Gerência do Ambiente de Gestão de Riscos

7.3.1.4 | Que serviços/sistemas são utilizados para apoio no controle de risco? São desenvolvidos internamente ou contratados junto a terceiros? Quem os fornece? Como foram escolhidos? Citar, especificamente, por tipo de risco (crédito, contraparte, preço, liquidez e operacional).

Risco de Crédito: Os sistemas utilizados para apoio na identificação, mensuração, controle e monitoramento do risco de crédito foram desenvolvidos internamente.

Risco Operacional: O Banco do Nordeste do Brasil possui sistema para gestão do risco operacional que permite:

- Mapeamento de Processos (controle de informações sobre os processos do Banco, com manutenção de base histórica);
- Identificação de Riscos e Definição de Controles (gerenciamento dos riscos identificados e validados, testes de controles);
- Autoavaliação de Riscos e Controles (permite conhecer a visão dos gestores de processos sobre os riscos e controles existentes em seus processos, de forma a mitigá-los, se for o caso);

- Alimentação da Base de Perdas Operacionais; (armazenamento de informações sobre eventos de perdas históricas e o seu efetivo tratamento);
- Gerenciamento dos Planos de Contingência;
- Acompanhamento de Ações Mitigadoras (o monitoramento contínuo da implementação das ações mitigadoras dos riscos decorrentes de falhas operacionais em processos).

Riscos de mercado e de liquidez: O BNB utiliza o sistema proprietário que faz a gestão dos riscos relacionados ao mercado e a risco de liquidez – Avaliação de Riscos de Tesouraria.

7.3.1.5 | Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados, o que contém e quem recebe e analisa estes relatórios?

Os relatórios produzidos pela equipe de gestão do risco de crédito tem periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual. Tratam das despesas de provisão e seus motivos, da inadimplência por setor de atividade, por estado, por fonte de recursos, por carteiras; do risco de concentração individual e setorial, do comportamento da carteira de crédito em termos de mobilidade e estabilidade dos níveis de risco, do endividamento do cliente, etc. Os relatórios são enviados ao Comitê de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva do Banco e até ao Conselho de Administração.

Risco Operacional: Os relatórios e informativos são confeccionados de modo sistemático pelo Ambiente de Gestão de Riscos, a saber: Relatório Anual de Gestão do Risco Operacional; Relatório Anual de Autoavaliação de Processos; Informativo Trimestral denominado de Plano de Providências – Ações Mitigadoras; Informativo Mensal de Base de Perdas Operacionais, etc. Os relatórios são enviados ao Comitê de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva do Banco do Nordeste e ao Conselho de Administração. Em relação à gestão de riscos de mercado e de liquidez, o Ambiente de Gestão de Riscos produz os seguintes relatórios:

1. Informativo de Gestão de Riscos de Mercado e de Liquidez, de periodicidade diária, destinada à Diretores, Superintendentes, Auditoria Interna e gestores dos sistemas-fontes do sistema - Avaliação de Riscos de Tesouraria. Em relação ao risco de mercado, esse informativo apresenta todas as parcelas legais para cobertura desse tipo de risco, tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária, bem como as evoluções nos volumes dessas carteiras. Também são demonstradas as evoluções dos índices que possuem limites de risco suportados pelo Banco. A exposição ao risco de liquidez é demonstrada sob duas óticas: do comportamento da liquidez intradia e do índice de liquidez para 90 dias.

2. Informativo de Teste de Estresse, Análise de Sensibilidade e Índices de Liquidez, de periodicidade trimestral, destinado ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos. Em relação ao risco de mercado, os testes de estresse são demonstrados por meio de choques paralelos nas taxas de juros e de choques compatíveis com o 1º e 99º percentis das variações históricas das taxas de juros. Ainda em relação ao risco de mercado, a Análise de Sensibilidade é realizada com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não negociação. Em relação ao risco de liquidez, esse informativo apresenta índices de liquidez segundo três cenários: Conservador, Medianamente Conservador e Tendencial.

3. Informativo de Teste de Aderência dos modelos de cálculo do Valor em Risco (VaR) da Carteira de Negociação e da Carteira Bancária, de periodicidade trimestral, destinado ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos. Esse informativo demonstra se os valores das eventuais perdas de valor de mercado tanto da Carteira de Negociação como da Carteira Bancária do Banco se mantiveram dentro do intervalo de confiança estabelecido pelo modelo de cálculo do VaR.

4. Informativo de Teste de Aderência do Fluxo de Caixa, de periodicidade mínima anual,

destinado ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, o qual visa verificar a eficácia das previsões de fluxo de caixa efetuadas, bem como aperfeiçoar a utilização das disponibilidades do Banco.

5. Relatório Anual de Gerenciamento dos Riscos de Mercado e de Liquidez, o qual resume as atividades do ano anterior e que é elaborado em atendimento ao previsto na Resolução 3.464 do Conselho Monetário Nacional.

7.3.2 - Risco de Crédito

7.3.2.1 | Descreva a metodologia de gestão do risco de crédito das carteiras.

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A distribuição das exposições a risco de crédito do Banco, exposições assim classificadas de acordo com a definição constante na circular nº 3.644, de 04.03.2013, do Bacen é demonstrada no quadro a seguir:

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.12.2016	31.12.2015
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	32.994.183	34.774.297
Público	1.437.712	1.679.852
Privado	31.556.471	33.094.445
Comércio	3.940.690	4.142.642
Comércio Exterior	439.266	857.483
Habitação	170	170
Indústria	9.374.031	9.700.730
Infraestrutura	2.681.649	3.184.417
Microfinança Urbana	2.867.269	2.993.896
Pessoas Físicas	125.180	226.259
Rural	7.346.517	7.036.781
Outros Serviços	4.781.699	4.951.977
Operações de Mercado	31.830.474	26.957.135
Títulos Públicos Federais	28.744.042	23.756.920
Operações Compromissadas	11.184.789	15.656.753
Outras	17.559.253	8.100.167
Depósitos Interfinanceiros	150.350	-
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.923.756	1.981.588
Outras Operações	1.012.326	1.218.627
Demais Ativos	4.984.341	3.756.309
Total	69.808.998	65.487.741

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco de crédito, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros

aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas, sistemas e metodologias para concessão, administração e recuperação de crédito, sistema de classificação de risco, indicadores de desempenho por macro setores, por carteiras e por fonte de recursos, que buscam identificar, no portfólio de produtos e clientes os principais fatores de risco, visando adotar procedimentos preventivos e corretivos quanto à administração dos riscos globais da Instituição.

7.3.2.2 | Como cada nova operação de crédito é analisada e aprovada?

Todas as operações de crédito do Banco são objeto de classificação de risco nos moldes da Resolução 2682/99 do CMN, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da proposta ou operação de crédito, de acordo com suas características, valor, prazo, garantias e situação.

A concessão de crédito e a renegociação de dívidas, segue o modelo de alçadas por colegiado.

A apuração e deferimento de Limite de Risco Global no Banco são realizados da seguinte forma:

a) Para os clientes categorizados como Varejo são calculados e aprovados automaticamente por modelo de 'escoragem automática';

b) Para os demais clientes categorizados como Médio e Grande portes, a apuração e a análise do cálculo é realizada de forma individualizada e o deferimento por meio de comitês, de acordo com o nível de alçada do colegiado;

Notas:

1 – os clientes enquadrados na categoria Varejo são as pessoas físicas (rurais e não rurais) e jurídicas com renda bruta anual ou faturamento anual até R\$ 3.600.000,00;

2 – os clientes enquadrados nas categorias Médio e Grande portes são as pessoas físicas produtores rurais e as pessoas jurídicas (empresas) com faturamento anual acima de R\$ 3.600.000,00;

3 – para os clientes do segmento governo e instituições financeiras aplica-se o contido no item "b".

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. As garantias reais são avaliadas pelo menos uma vez a cada três anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

7.3.2.3 | A empresa, independentemente do critério de precificação, possui algum procedimento

	ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência?
<p>Conforme Manual de Marcação a Mercado, os ativos das carteiras dos fundos de investimento em situação de inadimplência serão precificados com valor zero. Os demais procedimentos relacionados aos fundos de investimento que possuem esses ativos serão adotados de acordo com a análise específica de cada caso.</p>	
7.3.3 - Risco de Contraparte	
7.3.3.1	Descreva a metodologia de gerenciamento do risco de contraparte.
<p>São realizadas avaliações de emissores de títulos e, no caso de cotas de fundos de investimento, de seus administradores, contemplando: avaliação da situação financeira dos emissores, estrutura acionária, experiência dos administradores, avaliação do setor de atuação, entre outros.</p> <p>Dessa forma, são elaborados relatórios de indicadores de desempenho, tais como liquidez, capitalização, rentabilidade e grau de alavancagem. É realizado, ainda, o acompanhamento periódico dos emissores que compõem as carteiras dos Fundos.</p> <p>Nesse processo, também são considerados os ratings das agências de classificação de risco. Caso haja mais de um rating para o emissor analisado, será considerada como referência, a menor nota.</p> <p>Caso essa nota esteja abaixo do grau de investimento, a possibilidade de concessão de crédito é descartada.</p>	
7.3.3.2	Como são selecionadas as contrapartes e aprovados seus limites?
<p>A Célula de Análise e Estratégia analisa as possibilidades de investimento no mercado financeiro. Ao analisar a emissão de um instrumento de dívida, verifica o setor no qual a empresa está inserida, bem como seu nível de participação nesse setor e busca notícias com o objetivo de identificar qualquer situação de comprometimento da imagem da empresa, incluindo seus administradores (análise <i>top down</i>). Se as notícias forem negativas, a probabilidade de aquisição desse instrumento é praticamente nula.</p> <p>O emissor deverá ter limite aprovado pela Superintendência de Análise e Administração de Crédito do Banco do Nordeste. Após essa etapa a equipe de Análise e Estratégia inicia o processo de avaliação da situação financeira do emissor, estrutura acionária, experiência dos administradores, entre outros.</p> <p>No caso de avaliação positiva, a operação deverá ser encaminhada ao Comitê de Investimentos de Recursos de Terceiros para o processo final de análise e apreciação da operação, abordando aspectos como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento da performance e do risco dos títulos; • Análise das garantias dadas pelo investimento; • Verificação dos riscos regulatórios e societários; • Análise dos indicadores financeiros da empresa; • Análise do rating da emissão verificando os parâmetros adotados por agência de rating; • Remuneração oferecida e custo de oportunidade; <p>Uma vez que o investimento é aprovado, é determina a avaliação do melhor momento do investimento pelo Subcomitê Tático Operacional de Investimentos, executando a ordem através da Mesa de Operações.</p>	
7.3.4 - Risco de Preço	
7.3.4.1	Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de preço (ex: VaR,

	<i>Stress Test, Stop loss, etc).</i>
	<p>A equipe de Análise e Estratégia apura as informações, cálculos, monitoramento e controle do risco de mercado.</p> <p>As rotinas operacionais utilizam os fatores de risco inerentes às oscilações de taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações, commodities e derivativos.</p> <p>É realizada a consolidação das informações de mercado com as informações dos ativos integrantes das carteiras dos fundos de investimento. Dessa forma, podem-se obter a marcação a mercado, matrizes de covariância dos fatores de risco e, conseqüentemente, a apuração do Valor em Risco (VAR) por fundo de investimento.</p> <p>Apura-se diariamente o valor de mercado dos ativos, o VAR paramétrico e o VAR componente ou incremental com nível de confiança de 95% para 01 (um) dia útil. VaR paramétrico adota a hipótese de normalidade do retorno dos ativos e o VAR componente ou incremental calcula o efeito de um ativo individual sobre o VAR total da carteira. Além disso, apura-se mensalmente o VAR paramétrico com nível de confiança de 95% para 21 (vinte e um) dias úteis. Essas informações servem de subsídio para alimentação de relatórios relacionados ao risco de mercado, como também para responder notificações ou informes solicitados pela Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p>Além do uso do VaR, são utilizados cenários de estresse com o objetivo de identificar perdas extremas. Tais cenários são úteis para simular condições adversas de mercado nas quais não se pode usar o VAR como medida de risco. Estas informações subsidiam os relatórios enviados periodicamente para os gestores dos Fundos.</p>
7.3.4.2	<p>Como são formalizados os controles de risco de preço?</p> <p>Os relatórios de risco são submetidos à apreciação e análise semanal pelo Comitê de Investimentos de Recursos de Terceiros, composto pelos seguintes membros: Diretor de Ativos de Terceiros (Presidente do Comitê), Superintendente de Ativos Terceiros, Gerente do Ambiente de Gestão de Fundos de Investimento e Gerente do Ambiente de Distribuição e Suporte de Fundos de Investimento. Referido Comitê reúne-se, em caráter ordinário, semanalmente e, sempre que se fizer necessário, em caráter extraordinário, por convocação de sua Presidência.</p> <p>O Comitê, baseado nas informações disponibilizadas, analisa e toma as devidas decisões de manutenção, alteração ou ajustes necessários para adequar a exposição aos fatores de risco de mercado. As deliberações do Comitê são registradas em ata e arquivadas por 5 (cinco) anos à disposição do órgão fiscalizador.</p>
7.3.4.3	<p>Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: <i>books</i> tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?</p> <p>São realizadas rotinas diárias de acompanhamento que buscam minimizar os riscos, tais como: monitoramento constante dos prazos médios, limites preestabelecidos de volatilidades, controle de enquadramento dos fundos à legislação e à política de investimento.</p> <p>Com base nos controles feitos, é verificada diariamente a aderência dos Fundos aos parâmetros de risco e rentabilidade.</p> <p>Possível violação de limite é comunicada à área de gestão, a qual toma as devidas providências para reenquadramento.</p>
7.3.4.4	<p>Nos casos de posições que ultrapassem seus limites, como é o processo de tomada de decisão para o reenquadramento?</p> <p>Após identificação do possível desenquadramento dos limites estabelecidos é realizada a comunicação às equipes responsáveis para a devida análise e solução, ajustando as posições que permitam a regularização dos Fundos.</p>

<p>Todas as decisões são tomadas de forma colegiada, envolvendo os membros do Subcomitê Tático de Operacional de Investimentos e, em casos extraordinários, os membros do Comitê de Investimentos.</p> <p>O Subcomitê Tático Operacional de Investimentos reúne-se diariamente e é composto pelos seguintes membros: Gerente do Ambiente de Gestão de Fundos de Investimento, Gerente Executivo da Célula de Operações de Mercado e Gerente Executivo da Célula de Análise e Estratégia.</p>	
7.3.4.5	O administrador ou o custodiante realiza controles de risco adicional para as carteiras do gestor? Em caso afirmativo, fornecer detalhes.
Sim. O Administrador possui sistema de controle de riscos	
7.3.5 - Risco de Liquidez	
7.3.5.1	Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de liquidez, incluindo o tratamento de baixa liquidez e/ ou resgates excessivos.
<p>Para os fundos do Banco do Nordeste, a liquidez é apurada conforme definições a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A liquidez de uma carteira deve ser mensurada como o saldo dos ativos passíveis de liquidação em um determinado período. Para a sua mensuração, é importante conhecer o prazo de liquidação dos ativos que a compõem • O Cálculo do número de dias para a liquidação de uma carteira de ativos consistirá na relação entre a quantidade deste ativo em carteira e a quantidade média diária do ativo negociada no mercado • Para os ativos ilíquidos, ou seja, sem mercado secundário, será considerado o prazo de vencimento final desses ativos • Para a análise de ativos de Crédito Privado será observado o disposto na Metodologia de Cálculo de Liquidez para Fundos com Investimentos em Ativos de Crédito Privado, definida pela ANBIMA, sem prejuízo de utilização de metodologia adicional mais restritiva definida pelo Comitê de Gestão de Riscos • Para os ativos utilizados como margem, estes são considerados sem liquidez até o vencimento das operações a que estão vinculados. Dessa forma, não haverá apuração do número de dias para os ativos utilizados como margem. Após a liquidação das operações a que estão vinculados os ativos utilizados como margem, a liquidez é apurada conforme as regras expostas anteriormente • O prazo de liquidação de cada fundo de investimento será igual ao número de dias necessários para a liquidação da posição de todos os ativos que o integram. • Adicionalmente, deve-se mensurar o índice de liquidez de cada fundo, que corresponde à razão do saldo dos ativos líquidos de um fundo pelo seu patrimônio líquido. Deve-se entender como ativos líquidos, aqueles que podem ser negociados em condições de mercado dentro do período de cotização do fundo, estabelecido em seu regulamento <p>Situações Especiais de Ilíquidez das Carteiras dos Fundos</p> <p>No caso de fechamento dos mercados e/ou casos excepcionais de ilíquidez dos ativos componentes da carteira do fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do fundo ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, o administrador</p>	

<p>poderá declarar o fechamento do fundo para a realização de resgates. Caso o fundo permaneça fechado por período superior a 5 (cinco) dias consecutivos, o administrador deve obrigatoriamente, além da divulgação de fato relevante por ocasião do fechamento, convocar no prazo máximo de 1 (um) dia, para realização em até 15 (quinze) dias, assembleia geral extraordinária para deliberar sobre as seguintes possibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none">a) substituição do administrador, do gestor ou de ambos;b) reabertura ou manutenção do fechamento do fundo para resgate;c) possibilidade do pagamento de resgate em ativos financeiros;d) cisão do fundo;e) liquidação do fundo	
7.3.5.2	<p>Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: <i>books</i> tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?</p> <p>Como suporte na realização das atividades de monitoramento das posições e estratégias, é utilizado um sistema interno de mensuração de risco de mercado. Com as informações geradas pelo sistema de risco, é realizada diariamente a apuração do valor de mercado dos ativos e do Valor em Risco (Var) paramétrico de cada fundo de investimento. Semanalmente, são elaborados relatórios de risco de mercado para controle interno e que também são apreciados na reunião do Comitê de Investimentos de Recurso de Terceiros.</p>
7.3.6 - Risco Operacional	
7.3.6.1	<p>Descreva a metodologia de gestão do risco operacional.</p> <p>A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.</p> <p>A gestão do risco operacional visa assegurar o cumprimento da política corporativa, que deve estar alinhada com o planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos de acordo com Arquitetura Organizacional vigente, que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.</p> <p>A gestão de risco operacional no Banco é realizada por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos– identificação do risco,</p>

<p>controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é de autoavaliação de riscos e controles em processos RCSA (<i>Risk and Control Self Assessment</i>), que permite conhecer os riscos inerentes em atividades, bem como definir o seu impacto, além disso, permite ainda, a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter uma visão ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.</p>								
7.3.6.2	<p>Descreva os procedimentos de confirmação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras e custódia.</p>	<p>Há dois operadores envolvidos nas operações/ordens: um executa e outro confere. As operações são previamente avaliadas e autorizadas pelo Gerente Executivo da Célula de Operações de Mercado, conforme deliberação do Subcomitê Tático Operacional de Investimentos, composto por pelo Gerente Executivo da Célula de Análise e Estratégia, pelo Gerente Executivo da Célula de Operações de Mercado e pelo Gerente do Ambiente de Gestão de Fundos de Investimento.)</p>						
7.3.6.3	<p>Descreva os principais pilares dos planos de contingência, continuidade de negócios e recuperação de desastres adotados pela sua empresa.</p>	<p>O Banco do Nordeste, em conformidade com Resolução nº 3.380 do Banco Central do Brasil, estruturou controle de plano de contingência – operacional e de serviços terceirizados. Gestores informam necessidade de elaborar um plano respectivo, de acordo com criticidade do processo (Plano de Contingência Operacional) ou do serviço terceirizado (Plano de Contingência de Serviços Terceirizados), recebendo aprovação do Superintendente respectivo. Por fim, normativo interno exige que os planos sejam testados e revisados anualmente.</p>						
7.3.6.4	<p>Descreva a política de segurança da informação.</p>	<p>Existe uma política de segurança corporativa que envolve disciplinas de segurança da informação e segurança bancária. Essa política é subsidiada por normas e procedimentos (1005 – Manual Básico de Segurança Corporativa e 3028 – Manual de Procedimentos de Segurança Corporativa). O normativo de segurança que trata da disciplina de segurança da informação é aderente às Normas Complementares e Instruções Normativas do Gabinete de Segurança Institucional, Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC, da Presidência da República.</p>						
7.3.6.5	<p>Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Qual a política de escuta das gravações?</p>	<p>Sim, cada operador da Célula de Operações de Mercado utiliza equipamento para gravação de ligações telefônicas (Mesa de Gravações). A gravação é mantida por 5 anos. O operador de Mesa pode ouvir suas gravações e o Gerente Executivo da referida Célula pode recuperar gravações de qualquer um dos operadores. Além disso, é realizado backup em servidor próprio. Gravações com mais de um ano até 5 anos, podem ser solicitadas a qualquer momento ao Ambiente de Infraestrutura de Tecnologia.</p>						
7.3.6.6	<p>Descreva os procedimentos de <i>back-up</i> e redundância de informações, <i>desktops</i> e servidores (para <i>back-up</i>, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento).</p>	<p>O processo backup é realizado nos servidores, segue abaixo a tabela com periodicidade e prazo de armazenamento. O local de armazenamento do backup: no CAPGV é fita 3592 JC e nas Agências é fita LTO 3.</p>						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>CAPGV</th> <th>Periodicidade</th> <th>Prazo de armazenamento</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Servidores SQL</td> <td>Diário</td> <td>21 dias</td> </tr> </tbody> </table>			CAPGV	Periodicidade	Prazo de armazenamento	Servidores SQL	Diário	21 dias
CAPGV	Periodicidade	Prazo de armazenamento						
Servidores SQL	Diário	21 dias						

	Semanal	6 meses
Servidores DB2 (Linux)	Diário	15 dias
Exchange	Diário	31 dias
	Mensal	5 anos
Demais servidores	Diário	31 dias

Agências	Periodicidade	Prazo de armazenamento
Todas as unidades	Diário	1 semana (SQL e Arquivos)
	Semanal	1 mês (DR, SQL e Arquivos)

Em relação a redundância das informações, mantemos uma replicação assíncrona dos dados de produção entre solução de armazenamento (*storage*) do site primário e site secundário.

7.3.6.7 | Descreva a política de controle de acesso ao *Data Center* (físico e lógico).

O BNB dispõe de sistema de controle de acesso físico com tecnologia de proximidade. Para o caso do CPD, a estrutura é subdividida em quatro partes:

1. Entrada principal: acesso mediante cartão de acesso e biometria com posterior passagem pelo torniquete;
2. Entrada subsolo: acesso mediante cartão de acesso e biometria com posterior passagem pelo torniquete;
3. Área dos computadores (mainframes e servidores): acesso mediante cartão de acesso e digitação de senha com posterior passagem pelo torniquete;
4. Sala do mainframe: acesso mediante cartão de acesso e digitação de senha.

Os acessos são restritos e concedidos apenas aos colaboradores que possuem atividades que requeiram efetivamente a presença física naquele ambiente.

Ressaltamos que, além do recurso anteriormente citado, todos os acessos aos blocos e às áreas restritas possuem registros de vídeo gerados pelas câmeras instaladas neste Centro Administrativo.

7.3.6.8 | Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar *no-breaks*, capacidade dos servidores, *links* de internet e telefonia etc.

Links de Internet: o Banco possui contratos para manutenção de 02 (dois) links distintos mantidos por operadoras distintas, que juntos somam largura de banda de 130Mbps.

Telefonia: Telefonia VoIP para 12.000 usuários através de telefones IP e digitalização de todas as ligações de voz sobre a rede MPLS mantida entre as Unidades. Para comunicação com a PSTN, este Centro Administrativo conta com vários E1s mantidos com três operadoras distintas, garantindo alta disponibilidade. Sendo que nas Unidades há mescla entre a utilização de E1(digital) ou R2 (analógico).

Servidores: estou coletando a informação.

No-breaks: é administrado pelo Ambiente de Logística.

7.3.6.9 | A instituição possui filtro de e-mail, *firewall* e sistemas de antivírus?

Sim.

7.3.6.10 | São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência?

O Banco do Nordeste (BNB) iniciou a prática de teste de segurança com a contratação de serviço

<p>especializado. Os testes envolvem alguns sistemas considerados críticos sob o aspecto de manipularem informações sigilosas e que impactam a imagem do BNB. O teste de segurança de um dos sistemas eleitos deve ser realizado, pelo menos, uma única vez. Os resultados devem ser apresentados para equipe de teste do BNB, com orientações sobre como corrigir a problema. O contrato estabelece que a prestadora do serviço deve validar se os problemas foram, de fato, corrigidos.</p>	
<p>8 - Compliance e Auditoria Interna</p>	
8.1	<p>Quem são os responsáveis pelas áreas de <i>compliance</i> e auditoria interna e a quem se reportam?</p> <p>O responsável pela área de compliance é o Superintendente de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, que se reporta à Diretoria de Controle e Risco.</p> <p>O responsável pela Auditoria Interna é o Superintendente da Área de Auditoria, que é funcionalmente subordinada ao Conselho de Administração e administrativamente à Presidência do Banco. É composta pelo Ambiente de Auditoria Interna, pelo Ambiente de Apuração de Irregularidades e pelo Ambiente de Suporte à Auditoria Governamental.</p>
8.2	<p>Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas pessoas que trabalham na empresa.</p> <p>A Comissão de Ética do Banco do Nordeste tem como atribuição aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, submetendo à Comissão de Ética Pública (CEP) propostas para seu aperfeiçoamento, e dirimir dúvidas a respeito de sua interpretação, deliberando sobre casos omissos;</p> <p>A Comissão de Ética é responsável, ainda, por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apurar, mediante denúncia ou de ofício, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes; • Recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, a capacitação e o treinamento sobre as normas de ética e disciplina; • Representar o Banco do Nordeste na rede de ética do Poder Executivo Federal; • Supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à CEP situações que possam configurar descumprimento de suas normas; • Agir preventivamente contra atos que possam infringir o Código de Conduta Ética do Banco; • Decidir quanto ao juízo de admissibilidade de denúncia de natureza ética; e Instaurar processo de infração ética, julgar e decidir quanto à aplicação da pena de “censura ética” na forma do Decreto Nº 6.029/2007.
8.3	<p>Descreva a política de investimentos pessoais e seu monitoramento.</p> <p>Os profissionais, sujeitos ao Código de Conduta Ética para a Superintendência de Ativos de Terceiros do Banco do Nordeste do Brasil S.A, que desejam realizar operações financeiras em seu favor deverão atentar para o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) As situações que possam caracterizar potencial conflito de interesse deverão ser comunicadas ao gestor imediato ou submetidas aos Comitês da Área, conforme o caso; b) As operações ou negociações que apresentem indícios de conflito de interesse não poderão ser realizadas, a menos que seja devidamente atestada a inexistência de conflito

pelo Comitê de Investimentos de Recursos de Terceiros ou pelo Comitê Tático Operacional de Recursos de Terceiros;

- c) O profissional assinará, obrigatoriamente, autorização para que o Banco do Nordeste possa solicitar informações às corretoras que prestam serviços aos fundos de investimento administrados pelo BNB, relativamente às negociações realizadas pelo profissional em nome próprio, conforme modelo constante do Anexo 2 do item VI - Anexos.

São vedados os seguintes procedimentos:

- a) Realizar operações de *day-trade*;
- b) Efetuar aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Créditos (DPGE) e Letra Financeira cujos emissores sejam os mesmos que operam com os fundos de investimento administrados pelo BNB, exceto se realizadas com grandes bancos, assim considerados aqueles classificados pelo valor do patrimônio líquido, até a 10ª posição da consulta 50 Maiores Bancos, obtida no site do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br). Os dados da referida consulta poderão ser obtidos na opção Sistema Financeiro Nacional/Informações Cadastrais e Contábeis/Informações Contábeis/50 Maiores Bancos), referente à última posição disponibilizada no site;
- c) Realizar compra e/ou venda de ações por meio de corretoras, inclusive *home brokers*, que prestam serviços aos fundos de investimento administrados pelo BNB;
- d) Realizar aplicações em fundos de investimento em ações administrados pelo BNB, exceto os que possibilitam o uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) O item “d” anterior é aplicável também aos cônjuges ou companheiros dos profissionais, bem como aos seus filhos.

Não configura conflito de interesse a aplicação de recursos por parte da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (CAPEF) ou da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (CAMED), das quais os funcionários da Área de Gestão de Recursos de Terceiros sejam também participantes ou associados.

Ficam sujeitos às penas da lei os funcionários ou colaboradores (assessores, bolsistas e contratados de empresas terceirizadas) da Área de Gestão de Recursos de Terceiros ou o Diretor de Administração de Recursos de Terceiros que, no exercício de suas atividades profissionais, retenham ou compartilhem, em benefício próprio ou de outrem, informações que ocasionem prejuízo aos investidores dos fundos de investimento administrados pelo BNB.

As movimentações realizadas em aplicações financeiras de funcionários e de colaboradores (assessores, bolsistas e contratados de empresas terceirizadas) vinculados à Área de Gestão de Recursos de Terceiros, mantidas no BNB, estarão sujeitas à monitoração, observado o sigilo bancário, na forma da lei.

8.4	Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da empresa?
Não.	
8.5	Descreva as regras para investimento dos recursos próprios da empresa.
<p>A Tesouraria do Banco do Nordeste realiza seus investimentos amparada em sua Política de Gestão de Recursos de Tesouraria aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. A política em vigor foi aprovada em 24/04/2014.</p> <p>Ademais informamos que o Banco realiza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação dos recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes de recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.</p>	
8.6	Descreva os procedimentos para o controle de meios de comunicação alternativos ao sistema corporativo visando à administração de conflitos de interesse tais como <i>front running</i> , vazamento de informações confidenciais etc. (exemplos de meios de comunicação alternativos: telefone celular, sistemas de mensagens instantâneas e de <i>webmail</i> externo)
<p>Normativos internos de segurança (1005 – Manual Básico de Segurança Corporativa e 3028 – Manual de Procedimentos de Segurança Corporativa) disciplinam o uso dos meios de comunicação alternativos, prescrevendo aspectos como: quais usuários (ou grupos de usuários) podem utilizar determinado meio de comunicação, com quais finalidades e em quais horários o recurso pode ser utilizado. Sejam alguns exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mensagens instantâneas (chats) não são liberadas pelo filtro de conteúdo Web. • Webmail é liberado para grupos específicos de usuários durante todo o dia e outra parte de usuário somente utiliza o recurso fora do horário de expediente. • Existe controle de acesso à mídia removível. 	
8.7	Como são verificados os procedimentos que visem ao combate à lavagem de dinheiro feitos pelos seus distribuidores.
Os procedimentos que visam ao combate à lavagem de dinheiro são regidos por políticas e normas internas que se aplicam a todas Unidades distribuidoras do BNB.	
8.8	Caso a empresa desenvolva outras atividades, descreva sua política de <i>chinese wall</i> e de que forma é garantida a proteção de informação entre departamentos que não estejam envolvidos no mesmo projeto ou linha de negócio.
<p>O Banco do Nordeste possui uma diretoria exclusiva de ativos de terceiros de forma a garantir a completa segregação de recursos de terceiros das demais atividades do Banco, evitando assim situações de conflito de interesses ou interesses concorrentes entre a Área de Ativos de Terceiros e as demais áreas do banco.</p> <p>A Diretoria de Ativos de Terceiros tem um servidor próprio na rede de computadores do Banco, onde apenas os funcionários da Área de Ativos de Terceiros possuem acesso, estando protegidos por senha.</p>	
8.9	No caso de a empresa utilizar serviços de administração, controladoria ou custódia prestados por empresa do mesmo grupo econômico, como se garante a segregação entre a área prestadora de serviço e a gestão de carteiras?
O serviço de administração, controladoria e custódia pertencem a Diretorias distintas. A Administração de Fundos de Investimento está ligada à Diretoria de Ativos de Terceiros, enquanto o serviço de controladoria está ligado à Diretoria de Desenvolvimento Sustentável e o de custódia está ligado à Diretoria Financeira e de Crédito.	
8.10	Descreva as regras e os procedimentos para monitoramento da divisão de ordens,

	especificação de comitentes e operações entre carteiras.
	Cada ativo a ser adquirido é analisado pela Célula de Análise e Estratégia. A Célula de Operações de Mercado, responsável pela execução das ordens, verifica a adequação dos ativos a serem adquiridos aos fundos de investimentos e a seus respectivos regulamentos e políticas de investimentos, bem como realiza simulação de compra e teste de stress (quando for o caso).
8.11	Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.
	São utilizados os seguintes preços para as operações realizadas: <ul style="list-style-type: none"> • títulos públicos: taxas indicativas da ANBIMA. • títulos privados: de acordo com o ativo (cotações em três corretoras; preços unitários divulgados pela ANBIMA etc.); • ativos de renda variável: preços do mercado à vista divulgados pela BM&FBovespa. • empréstimo de ações: média dos últimos 3 dias úteis tendo como taxa mínima aceita a taxa doadora.
8.12	Existe algum agente externo (ex.: consultoria), além do administrador, envolvido na verificação da adesão a limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da Empresa?
	Não.
8.13	Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em Conselhos Fiscais e de Administração.
	Não se aplica.
8.14	Descreva as regras para o tratamento de <i>soft dollar</i> tais como recebimento de presentes, cursos, viagens etc.
	Segundo os Normativos Internos, não é permitido ao empregado do Banco, ainda que em gozo de licença, cessão ou afastamento: <ol style="list-style-type: none"> receber brindes e presentes de valor comercial superior a R\$ 100,00; receber presente de pessoa interessada em decisão do empregado ou de colegiado do qual este participe; receber propina, comissão ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições;
8.15	A empresa recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão? Quais as regras? Favor tratar o assunto de rebates de taxas de administração e performance sobre fundos investidos pagos ao gestor de forma específica.
	O Banco do Nordeste, na condição de Gestor do BNB BTG FIC FI Ações Dividendos, fundo Investidor, recebe mensalmente, do Administrador do fundo investido, um Rebate da parcela da remuneração recebida pelo Fundo Investido (parte da taxa de administração do Fundo Investido que cabe à Gestora do Fundo Investidor). O montante mensal pago a título de REBATE ao fundo investidor é calculado em função do valor total aplicado pelo fundo investidor em cotas do fundo investido, com base na posição do dia útil anterior, não incidindo qualquer remuneração sobre o percentual de taxa de performance paga

por este fundo de investimento.

8.16	São realizados testes periódicos para verificação de conformidade com políticas internas? Com que frequência?
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------

São realizados testes periódicos pelo Ambiente de Controles internos, por meio das suas Centrais Regionais de Controle Interno e pelas Células de Controle de Processos da Direção Geral e de Estruturação e Monitoração dos Controles Internos, para verificação de conformidade com políticas internas, nas modalidades:

Certificação de conformidade:

Na visão de produto - Certificação de conformidade em propostas de crédito (incluindo as propostas de mercado de capitais), propostas de renegociação de dívidas, cadastros vinculados à tais propostas, desembolso, contas correntes, termos de adesão a fundos de investimento, fiança e aval bancário – garantias prestadas pelo BNB, cartão empresarial, convênios realizados pelo ETENE. PERIODICIDADE: Tais análises são realizadas de forma prévia ou posterior à sua formalização, de acordo com os normativos internos pertinentes;

Na visão de processo – Certificações em processos administrados por unidades integrantes da Direção Geral e segmentos de processos executados pelas agências. PERIODICIDADE: As análises são realizadas de acordo com o Plano de Ação de Atividades do Ambiente de Controles Internos (PACI).

Teste de eficácia dos controles: São realizados testes de eficácia de controles existentes nos processos de negócio e suporte do Banco. Os testes são confeccionados a partir dos riscos e controles identificados. PERIODICIDADE: Os testes são realizados de acordo com o Plano de Ação de Atividades do Ambiente de Controles Internos (PACI).

Autoavaliação: O Ambiente de Controles Internos, por intermédio da Célula de Controle de Processos da Direção Geral, promove parceria com o Ambiente de Gestão de Riscos objetivando a realização da autoavaliação de riscos operacionais e de controles internos dos processos do Banco. PERIODICIDADE: anual.

Monitoramento de Eventos em Regras de Negócio: Ambiente de Controles Internos, por intermédio da Célula de Estruturação e Monitoração dos Controles Internos, realiza verificação de conformidade perante os normativos internos de procedimentos e regras praticadas nos processos do Banco. Esse monitoramento busca mitigar riscos decorrentes de possíveis falhas humanas e/ou de processo, reforçar o cumprimento das normas e aumentar a conscientização dos gestores de processo. PERIODICIDADE: mensal.

Em complemento ao acima exposto, informamos que o Sistema de Controle Interno do Banco do Nordeste tem como pilares: as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; e o elevado grau de compromisso de seu pessoal em atuar com competência e com ampla transparência.

Visando o fortalecimento dos controles internos de produtos e processos com gestão centralizada nas Unidades da Direção Geral, foram realizadas atividades de avaliação e de certificação de conformidade de diversos processos.

Destacam-se a promoção da cultura de controles internos de modo transversal na instituição, por meio da utilização dos canais de comunicação corporativos, divulgação de relatórios periódicos, requisição de Planos de Mitigação de Riscos e Providências, e participação no Programa de Ação do Banco, na variável Rating de Conformidade.

Informamos abaixo as Diretrizes Específicas para a Gestão dos Controles Internos, conforme preceituado na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança:

A gestão dos controles internos é atividade permanente que exige o comprometimento e envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial assegurar a conformidade e a eficácia das atividades de controle para mitigar os riscos de

produtos, serviços e processos do Banco do Nordeste;

Os controles internos devem estar presentes em todos os níveis da Instituição e serem efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das atividades desenvolvidas;

As disposições sobre atividades de controle e informações consideradas relevantes para a realização das tarefas e responsabilidades dos funcionários estarão dispostas de forma clara, precisas e acessíveis a todos os empregados e colaboradores envolvidos com sua execução, preservados os níveis de confidencialidade definidos nas normas de segurança corporativa;

A responsabilidade por assegurar a constituição, qualidade, confiabilidade, adequabilidade e integridade dos controles internos, nos processos, produtos e serviços é do gestor do processo, independentemente das ações de conformidade (certificação) ou verificação da eficácia dos controles praticados pela unidade gestora dos controles internos, em nível corporativo;

Os controles internos serão revisados e atualizados pelos gestores que administram os processos, de modo a assegurar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis ao Banco e que se mantenham compatíveis ao surgimento de novos riscos ou elevação de riscos já conhecidos;

As unidades administrativas atenderão a todas as requisições de documentos da unidade gestora corporativas dos controles internos, para fins de verificação de conformidade e ou certificação dos processos, produtos e serviços;

A unidade corporativa dos controles internos fará a apuração de indicadores de conformidade de produtos e processos, inclusive para utilização em política de consequências.

Conforme preceituado na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança do BNB:

Entende-se Controles Internos como subsistema essencial da governança corporativa, implementado sob a responsabilidade do Conselho de Administração, diretores e gestores do Banco, com o propósito de oferecer razoável segurança de que os objetivos relacionados à eficiência e à eficácia operacional, à confiabilidade das informações financeiras e operacionais, ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e à proteção dos ativos do Banco serão atingidos.

É atribuição também do Sistema de Controles Internos trabalhar na definição das responsabilidades funcionais, na segregação das atividades com vistas a evitar o conflito de interesses e na identificação de fatores internos e externos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos da instituição.

Especificamente em relação aos riscos, os controles internos são políticas, processos, instrumentos, práticas ou quaisquer ações adotadas para modificar o risco. Nesse sentido, restrito, o controle é direcionado para reduzir a probabilidade e ou o impacto do risco e resulta da decisão de tratamento ao risco.

Por fim, ressaltamos que as atividades de análise e elaboração de recomendações, constantes do trabalho de aplicação de certificação de conformidade e testes de eficácia dos controles, não esgotam os requisitos de melhoria contínua da eficácia dos controles inerentes aos processos certificados, cuja gestão, de acordo com as políticas desta Instituição, é de inteira e exclusiva responsabilidade do Ambiente Gestor.

9 - Questões Jurídicas e Legais

9.1	Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da empresa (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros)
O Banco do Nordeste tem estrutura própria onde são tratadas as questões jurídicas, ligada diretamente à Presidência do Banco, a Superintendência Jurídica.	
9.2	A empresa ou algum de seus dirigentes já foram punidos pela CVM, pelo Banco Central ou pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro? Se positivo, informar o número do processo.
Não.	

9.3	Existe algum processo contra a Empresa ou algum de seus dirigentes na CVM , no Banco Central ou no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro?	
Não.		
10 - Anexos		Marcar Anexos Abaixo
10.1	Resumo Profissional	X
10.2	Manual de Risco	
10.3	Manuais de Marcação a Mercado	
10.4	Manual de Compliance	
10.5	Código de Ética e Conduta	
10.6	Manual de Política de Exercício de Direito de Voto (<i>Proxy Voting</i>)	
10.7	Relatório de Rating	
10.8	Manual de Liquidez	
10.9	Política de <i>Suitability</i>	